



O projeto Justiça para o Século 21: avaliação de processo da experiência piloto na relação com a comunidade e a rede de atendimento da infância e juventude

Diego Nakata Giuliano, Evandro Magalhães Davis, Gisele Comiran, Sandra Espíndola da Silva, Beatriz Gershenson Aginsky (orientador).

Faculdade de Serviço Social, PUCRS, Núcleo de Pesquisa e Estudos em Ética e Direitos Humanos

Resumo

A presente pesquisa é desenvolvida no Núcleo de Pesquisa e Estudos em Ética e Direitos Humanos - FSS e refere-se ao processo de avaliação do Projeto Justiça para o Século 21 em relação a experiência piloto na relação com a Comunidade e a rede de atendimento da infância e juventude.

Introdução

A pesquisa sistematiza as experiências de Justiça Restaurativa, constituindo em uma avaliação formativa voltada para a análise qualitativa do processo de implementação deste experimento piloto cobrindo o período de março de 2007 a março de 2008, trabalhando, também com dados quantificáveis.

As atividades de mobilização institucional, social e comunitária do projeto correspondem ao eixo de propagação previsto nas estratégias metodológicas e convergem com o objetivo de ampliar e qualificar a base dos princípios e procedimentos da Justiça Restaurativa na Rede de Atendimento da Infância e Juventude prospectando possibilidades de envolvimento da comunidade em diversos contextos da rede através iniciativas espontâneas de difusão, capacitação e incentivo a implementação.

A pesquisa tem por objetivos identificar a presença de valores restaurativos em práticas comunitárias, através da Rede de Atendimento à Infância e Juventude que participa do projeto; analisar a contribuição das iniciativas do Projeto em relação aos propósitos da Política da Infância e Juventude; verificar o cumprimento das metas do Projeto e o alcance dos seus objetivos a partir da perspectiva dos agentes envolvidos – gestores, operadores, usuários dos serviços e comunidade.

Pontua-se que a Justiça Restaurativa tem como proposta a criação de espaços horizontais e dialógicos, em um processo onde todas as partes envolvidas – autor, receptor, comunidade – reúnem-se para decidir coletivamente como lidar com as circunstâncias decorrentes do fato e suas implicações para o futuro. Orientadas para ressignificação das relações sociais, em que aqueles diretamente envolvidos com o ato e em situações de violências passam a ter vez e voz na construção de alternativas para a resolução de conflitos.

Metodologia

A pesquisa vem sendo realizada em Porto Alegre e refere-se às atividades desenvolvidas pelo Projeto Justiça para o Século 21 na sua interface comunitária. Ressalta-se que a metodologia da pesquisa assumiu claramente uma intencionalidade, a de contribuir para subsidiar processos de tomada de decisões sobre a continuidade do projeto, a alocação de recursos, materiais e humanos e o próprio foco da intervenção.

Os instrumentos utilizados na pesquisa são a observação participante das atividades do projeto piloto – capacitações, supervisões, reuniões de trabalho (registros em diário de campo); aplicação de questionários de satisfação dos participantes nas atividades – sensibilização, capacitação e supervisão; análise documental e sistematização dos registros de atendimento pelos segmentos comunitários participantes do projeto; entrevistas semi-estruturadas.

Resultados e discussões

A formação de recursos humanos e a potencialização de investimentos anteriores demonstra que as dinâmicas aprendidas e exercitadas estão sendo utilizadas na capacitação de novos operadores capazes de respeitar direitos humanos e contribuir para uma cultura de paz nos cotidianos de práticas sociais e institucionais que dizem respeito a situações de violências que envolvem crianças e adolescentes.

Tabela 1 – Análise Longitudinal (2005/20077) de áreas estratégicas de aplicação

Tipo de Ação	Quantidade	Número de participantes
Mobilização institucional, social e comunitária	41	2032
Formação de recursos humanos	158	3632
<i>Total</i>	<i>199</i>	<i>5664</i>

Em relação à rede e a democratização do projeto tem-se a diversidade e a amplitude de segmentos de políticas sociais e institucionais atingidos pelas atividades do projeto testemunham a favor da democratização dos saberes já acumulados em direção à socialização de conhecimentos e ao fortalecimento da rede de atenção à infância e juventude na comunidade.

Outro ponto de relevância diz respeito aos avanços comunitários e a conexão com as políticas públicas para a área da infância e juventude. A rede é constantemente desafiada a ser qualificada, especialmente pela necessidade de retaguarda de políticas e serviços sociais na atenção a crianças e adolescentes, cujas situações são levadas a círculos para atendimento de suas necessidades, que repousará na capacidade de responsabilização de todos, mas, principalmente, da própria rede.

Conclusão

A pesquisa que sistematiza, monitora e avalia o projeto tem detectado o processo de ampliação da qualidade técnica dos serviços prestados sob a inspiração dos princípios e valores restaurativos. Nessa dimensão, eminentemente comunitária, são desenvolvidas estratégias que se baseiam, fundamentalmente, na garantia do acesso à informação das variadas possibilidades que o projeto oferece à rede de atendimento da infância e juventude, o que vem sendo levado a efeito de modo descentralizado e sintonizado com as realidades particulares das diferentes regiões em que o município está organizado. Conformam essa arena de atuação do projeto o conjunto de ações que se materializam em jornadas e encontros comunitários, palestras, oficinas, seminários, reuniões entre instituições parceiras.

Bibliografia

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Portugal: Edições Lisboa, 1977.

McCOLD, Paul e WACHTEL, Ted. *Em busca de um paradigma: uma teoria de Justiça Restaurativa*. Trabalho apresentado no XIII Congresso Mundial de Criminologia. Rio de Janeiro, agosto de 2003. Recuperado em 08/02/05 de: http://restorativepractices.org/library/paradigm_port.htm.

MARSHALL, Chris; BOYACK, Jim e BOWEN, Helen. Como a Justiça Restaurativa assegura a boa prática: Uma abordagem baseada em valores. In: SLAKMON, C.R., De VITTO, R. C. P. e PINTO, R.S.G. (orgs). *Justiça Restaurativa*. Brasília-DF: Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2005.

SELLTIZ, C.; WRIGHTSMAN, L.S. & COOK, S.W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 4 ed. São Paulo: EPU, 2004.

ZHER, Howard. Evaluation and restaurative justice principles, In: ELLIOT, Elizabeth; GORDON, Robert M. (Eds.) *New directions in restaurative justice: issues practice, evaluation*. Cullompton, UK: Willian, 2005.